



De seguida entraremos na fase do período antes da ordem do dia em que é possível colocar as questões que entenderem e as intervenções que acharem pertinentes e, nesse sentido a Mesa aceita inscrições.” -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Acho que as Assembleias se fazem para a gente debater assuntos, mas antes de mais boa tarde e quero sobretudo felicitar o nosso Presidente da Assembleia pela sua eleição porque eu não estava presente, e saudar a juventude por ter assumido realmente o primeiro lugar na hierarquia do município, porque acho que nós precisamos da juventude e muito pois os menos jovem já demonstraram o que fizeram a este país, uma vez que muitos dos nossos políticos tem desenvolvido ações um pouco envergonhadas ou que envergonham o nosso país e por isso é que efetivamente chegou a este ponto, mas eu já não vou falar da Igreja Matriz do Colmeal porque já escrevi sobre ela, também não vou falar na Freguesia porque já toda a gente se casou da freguesia do Colmeal, apesar de receber menos de 1% das verbas que foram atribuídas às freguesias, também não vou falar do tribunal uma vez que também já escrevi sobre este tema e quem leu o artigo sabe qual é a minha opinião, não vou falar da austeridade porque a austeridade apesar de tudo eu concordo com as grandes reformas e concordo que haja austeridade, tem de haver para este país desenvolver, só que ela não está a ser equitativa pois está a atingir os pobres nos limiares, ou seja, está a empobrecer o país, quer dizer que esta austeridade ainda não atingiu as classes dominantes e mais ricas, portanto as classes com maior património e influência, designadamente os executivos financeiros, logo não está a ser equitativa e a atingir todos de igual forma, pois realmente estamos a fazer o nosso historial para a pobreza e isso é preocupante, porque nem sei se com a austeridade que estamos a fazer se conseguimos realmente equilibrar o nosso orçamento e a recuperar a dívida pública e, provavelmente podemos acabar numa situação de restrição tal como aconteceu com a Grécia e se calhar é isso que nós precisamos. Aquilo que eu queria falar hoje era mais sobre a agregação das freguesias, pois daquilo que eu li nos jornais já estão para serem publicadas algumas leis sobre este assunto, mas nesta segunda reunião que o Senhor Presidente convocou segundo o que me disseram ao telefone porque eu não recebi nenhuma carta, parece que se falou sobre a agregação de freguesias do concelho e, conforme o que o Senhor Presidente me informou parece que o Colmeal vai para Vilar Torpim, mas acontece que a população do Colmeal por unanimidade decidiu, isto é, deliberou que se agregava com Castelo Rodrigo porque esta

freguesia tem afinidades com o Colmeal, pois Castelo Rodrigo é uma Aldeia Histórica e o Colmeal se ainda não é poderá vir a sê-lo, isto porque segundo informações do nosso Presidente da Câmara parece que está previsto um investimento volumoso no Colmeal de cerca de dois milhões de euros, e a ser assim a recuperarmos efetivamente o Colmeal Velho teremos a possibilidade de eventualmente fazer um roteiro turístico de Castelo Rodrigo para o Colmeal e por aí fora. A Serra da Marofa que é o ex-líbris no fundo do Município está dividida ao meio, pois metade é do Colmeal metade é de Castelo Rodrigo. Acontece que nós com Vilar Torpim não temos nenhuma afinidade porque é uma zona plana sem ter degraus e de morfologia díspar, ainda por cima temos acessibilidades para Castelo Rodrigo quando não as temos para Vilar Torpim, pois as que existem desde há dois anos são apenas passíveis de ser percorridos por um caminho estreito em que dificilmente passam dois carros e já está a ficar todo partido. Portanto por todas as razões e mais algumas o Colmeal quer associar-se a Castelo Rodrigo com quem confina e, por aquilo que tenho ouvido no Colmeal, eles viram as costas a Vilar Torpim se isso vier a acontecer e, nesse sentido terá de ser o Município a administrar a freguesia, isto porque a opinião dos residentes em que todos foram ouvidos, pois receberam uma carta a saber se estavam de acordo ou em desacordo, e por unanimidade deliberaram associar-se a Castelo Rodrigo. Quero chamar a atenção disso e vamos tentar evitar estas situações, deixando as freguesias agregarem-se voluntariamente, por elas próprias, com os parceiros que escolherem, desde que nos limites sejam confinantes e tenham semelhanças. Por isso não interfiram por favor e deixem correr as coisas com naturalidade, embora eu esteja cético neste momento quanto às leis da agregação da reforma administrativa, porque os Presidentes de Câmara dos Municípios Socialistas dizem que não estão de acordo e que não agregam freguesia nenhuma, o Senhor Alberto João Jardim na Madeira diz que não agrega freguesia nenhuma, algumas proeminentes figuras do Partido Social Democrata também não estão de acordo em agregar freguesias e da forma como elas estão sobretudo as rurais, porque efetivamente extinguir a freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo não custa nada, pois por todo o respeito que tenho pelo Presidente desta freguesia, está aqui a duzentos metros da Câmara Municipal e, portanto a autarquia faz todo o trabalho da Junta de Freguesia e é ela que investe, ou seja, uma freguesia urbana que esteja perto da Câmara Municipal não tem razão de existir, efetivamente não tem. Agora as freguesias rurais ou se extinguem todas e então é o Município que realmente

toma conta delas todas, ao não se extinguirem todas as rurais ficam desguarnecidas no seu território, pois eu não estou a ver o Presidente de Castelo Rodrigo a ir depois ao Milheiro ou aos Luzelos, nunca lá vai aparecer e, portanto os residentes do Colmeal ficam simplesmente abandonados à sua sorte e o de Vilar Torpim faz o mesmo e, porventura noutras freguesias acontecerá o mesmo. Por isso é necessário levar esta mensagem a quem de direito, aos governantes que saibam decidir, pois na minha opinião é que todas as Juntas fossem tiradas no concelho, ficaria mais homogéneo e os responsáveis do concelho teriam de ser mais equitativos para todo o território. De outra forma e ainda por cima não se sabe como vão ser distribuídas as verbas, como é que vão ser constituídos os novos executivos das Juntas de Freguesia, ou seja, é prematuro estar a falar de como é que se vai organizar o território, com que dotações financeiras ou não financeiras, realmente é complicado. Na semana passada no jornal Expresso trazia lá uma espécie de anteprojeto que obviamente não é definitivo das alterações à reforma administrativa, em diziam que eram governos homogéneos nos Municípios e que passaríamos a ter Assembleias Municipais mensais. Ora todos nós conhecemos o funcionamento das Assembleias Municipais, pois elas são trimestrais e se passarem a ser mensais e ainda por cima dizem eles com senhas de presença com menor custo, eu não sei quem é que vem depois às Assembleias Municipais, pois acho isso muito difícil, portanto escolher a oposição dos executivos e passarem a ser as Assembleias Municipais a fiscalizar o executivo só que estas não fiscalizam coisa nenhuma, pois trimestralmente limitam-se a aprovar as propostas que o executivo aqui apresenta, ou seja, as Assembleias Municipais mensais na minha opinião não vamos ter vantagem com isso. Outra questão que li e fiquei preocupado como cidadão, pois isso nem sequer se aplica ao nosso Município creio eu, em que as Câmaras Municipais que ultrapassem os 125% do Orçamento vão ser penalizados nos quadros dirigentes e muito algumas até aos 70%, o que acho um autentico disparate porque as Câmaras Municipais precisam dos serviços e há lugares no quadro e a serem necessários elas não precisam, agora efetivamente extinguir dirigentes única e exclusivamente porque os responsáveis ultrapassaram os limites de endividamento, quer dizer quem é penalizado é o Dirigente, o Chefe de Divisão e o Diretor de Serviços, e os que endividaram os Municípios não tem qualquer responsabilidade acho isto incrível e ridículo até, porque efetivamente está-se a atribuir responsabilidade a quem não a tem e a penalizar-se quem não sabe, porque se realmente foram os políticos que endividaram as Câmaras Municipais, pois então esses que sejam responsabilizados e

julgados, agora extinguir Dirigentes por essa razão, sinceramente acho que uma lei dessas não vai beneficiar o País em nada, assim como os serviços e a eficácia, mas se quiserem fazer isso que cortem nas verbas e não na extinção dos Dirigentes. Enfim foi um primeiro debate se quiserem acompanhar sobre os assuntos que estão neste momento em discussão e todos os dias a sair nos jornais e que nos dizem respeito, pois todos nós vamos ser atingidos e vamo-nos confrontar com eles, e claro vocês são os políticos quer a oposição perante esta situação tem a obrigação de fazer a análise dos assuntos e tentar modificá-los se assim o entenderem. Muito obrigado." -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Senhor Presidente queria agradecer as palavras de felicitação, pois temos falado no entretanto por outros meios e temo-nos mantido sempre em contacto e queria agradecer as suas palavras. De qualquer maneira permita-me discordar com parte do que referiu, pois acho que é opinião desta casa que todas as Juntas de Freguesia são uma boa mais-valia para este concelho, e nunca apoiaríamos no sentido de extinguirmos todas as Juntas e entregá-las ao Município, até porque são pessoas coletivas e são autarquias independentes, e a lei como sabe dá uma voz própria à freguesia e ela tem as suas competências próprias e não faria sentido integrá-las no órgão do Município, e muito menos fará sentido encarmos esta revisão autárquica tal como refere à revelia da própria lei. O projeto que teve acesso via Expresso foi distribuída a todos os órgãos autárquicos e, temos na nossa posse a versão final ou pré-final que vai ser aprovada muito em breve, a qual é muito similar aquela que já vos foi distribuída em sessões anteriores, com pequenas nuances que não dizem muito respeito a concelhos como aos de Figueira de Castelo Rodrigo, mas estão mais direcionados para concelhos com uma área de densidade populacional superior, tudo o que foi debatido nessas reuniões preparatórias mantém-se válido e, portanto todos os critérios que estiveram por base nessas reuniões, em que alguns Presidentes de Junta deram a sua opinião de qual seria o seu sentido mantém-se válidos uma vez que não houve nenhuma alteração nesse âmbito. A situação no Colmeal foi debatida quando o Senhor Presidente não esteve presente e, integrado nos princípios orientadores desta nova lei irá no sentido diverso aquele que nos expôs aqui, uma vez que a área de fronteira de Castelo Rodrigo com o Colmeal é de limite em relação à área de fronteira com Vilar Torpim que é de cerca de 80% do território como o próprio Colmeal. Será uma situação que ainda será debatida obviamente e será um

órgão que dará o parecer final e, portanto só dependerá de nós o desenho do mapa autárquico deste concelho. Neste sentido, penso que o Senhor Presidente da Câmara Municipal juntamente com a Assembleia Municipal ainda fará alguma reunião preparatória com todas as freguesias e as forças vivas deste concelho e, a partir desse momento o desenho final ficará definido para bem de todo o nosso concelho, se bem que há decisões que não podem ser adiadas e teremos sessenta dias após a aprovação da lei que se espera para breve, para que haja o desenho final e será esta casa que dará esse desenho e essa moldura para o novo quadro autárquico municipal ou de concelho, pois se não formos a decidir alguém decidirá e já se sabe que será sem a proximidade que nós temos e queremos evitar a todo o custo que isso venha acontecer. De qualquer maneira terá a oportunidade de expor essas questões quer na Assembleia que faremos para aprovar quer nas reuniões preparatórias que ainda iremos ter. Por fim também relato o que disse acerca desta casa que era que as Assembleias agiriam e fiscalizariam se necessário e, penso que a acontecer as competências deste órgão estão definidas na lei e, se não são assumidas por cada um é da responsabilidade de cada um e aliás o quadro legislativo nesta matéria irá reforçar as competências deste órgão que serão muito maiores e, espero que sejam assumidas por quem vier no próximo mandato a fazer parte e que façam realmente jus aquilo que disse que era a competência de fiscalização, é sempre a primeira que deverá a ser assumida, mas haverá oportunidade para continuarmos esse debate.” -----

----- **António Quadrado Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Figueira de Castelo**

**Rodrigo:** “ Boa tarde a todos, aos colegas que assistem à mesa e aos meus colegas de bancada. Eu só queria responder ao Senhor Presidente da Junta do Colmeal que disse que a Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo não fazia nada e que era a Câmara Municipal que fazia tudo. Eu queria-lhe perguntar se tem alguma coisa contra ao Presidente da Junta de Figueira, pois eu vou todos os dias à Junta de Freguesia assinar ofícios, declarações e a resolver problemas que se colocam. Agora eu acho que o Senhor Presidente da Junta do Colmeal que esteja ausente às vezes aos meses e que não tenha poder representativo no Colmeal, eu gostava de saber porque é que a Junta de Freguesia de Figueira não faz nada, pois acho que os caminhos estão todos compostos não tenho reclamações sobre isso, e temos conseguido realizar várias obras mas não é com o dinheiro da Junta, porque esta não recebe o suficiente para fazer algumas obras que faz pois tem que receber dinheiro da Câmara Municipal tal como o Dr. Teodoro Farias também o recebe,

porque não era com a ninharia do FEFE que o Senhor fazia as obras que lá tem feito. Por isso acho que Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo ter trabalho ainda tem, pois tem um funcionário que todos os dias têm alguma coisa para fazer, ou resolver problemas nas Finanças, no Tribunal ou no Registo Civil ou em vários assuntos de Figueira. Eu estou um pouco nervoso, porque acho que uma resposta destas que veio do meu colega não era propício nesta Assembleia. Muito obrigado." -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal:** " Acho que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia entendeu mal as minhas palavras, porque quando falei em Figueira de Castelo Rodrigo falo em todas as Juntas Urbanas do País, pois por exemplo a freguesia de São Julião na Figueira da Foz, a Junta de Freguesia está por cima a Câmara Municipal está por baixo e, portanto quando as pessoas tem de resolver os problemas vão à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal ao mesmo tempo. Eu não estou aqui a minimizar a Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo, estou sem dúvida a evidenciar que existem Juntas Urbanas no País, pois a lei diz que os concelhos que tiverem três freguesias não são agregadas, mas existem alguns que é o caso de São João da Madeira só tem uma freguesia e o Município, mas eu não sei porque é que a Junta de Freguesia existe quando o Município é que faz tudo, pois a questão está nas Juntas Urbanas , porque enquanto nas Rurais se lhe retirarem o único Representante do Estado que será a Junta de Freguesia, não interessa se tem um, dois ou três pessoas, pois ouçam eu não faço ataques pessoais porque quando eu não estou alguém está a representar-me, porque há uma ata da Junta em que existe o Vice-Presidente a substituir o Presidente, ou seja, quando eu não estou está o Senhor Valdemar, o qual está mandatado por ata para representar a Junta de Freguesia em todos os aspetos, é evidente que não é Deputado porque não tomou posse e não vem, mas nas outras questões está a representar. Agora não estou a dizer isto por questões pessoais, atenção, nunca falei aqui por questões pessoais, aliás nem nunca fiz aqui ataque pessoal a ninguém, respeito toda a gente e espero que toda a gente me respeite a mim, pois sempre que digo alguma coisa é sempre do interesse geral do Município e do País e nunca em termos pedagógicos e pessoais, porque nunca ataquei aqui ninguém bem pelo contrário já fui solidário com muitos e continuarei a ser, só que evidentemente se o Senhor Presidente vem falar nas verbas, eu vou-lhe dizer que o Colmeal recebeu menos de 1% dos quinhentos e tal mil euros que estão aqui. Claro que se fossemos equitativos então recebíamos pelo menos

17%, uma vez que somos 17 Juntas de Freguesia e temos um território de quatro mil hectares, mas eu já não me queixo mais pois estou aqui apenas para intervir assim como nas contas não vou tecer mais comentários, uma vez que vocês já nem sequer gostam e estão fartos de me ouvir quer seja ou não da oposição, outros dizem que se vão queixar ao tribunal por dizer algumas coisas que efetivamente preocupam para o País, quando eu não estou aqui para atingir ninguém pessoalmente nem para chamar a atenção à vida de cada um, pois todos nós temos as nossas profissões porque se quisesse ser político já me tinha candidatado à muito tempo e não aqui em Figueira de Castelo Rodrigo, porque estou na Junta do Colmeal por necessidade pois infelizmente se alguém não tomasse conta daquilo manter-se-ia como estava uma coutada de caça, e o Colmeal não é nenhuma coutada de caça é uma freguesia que precisa obviamente de ter uma vida económica e social como toda as outras. Muito obrigado." -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ A questão essencial será saber se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia sabe que tem as suas competências próprias e se propusesse tal situação, se a Junta de Figueira de Castelo Rodrigo fosse absorvida pelo Município, este nem sequer poderia levar a cabo as competências da Junta de Freguesia pois não são as mesmas que estão distribuídas dos Municípios e, neste momento o quadro teria que alterar substancialmente para que isso pudesse acontecer. É obvio que aquilo que disse tem pertinência, mas sabe que as freguesias têm competências próprias e são assumidas apenas pelas freguesias independentemente de serem urbanas ou rurais, mas essa é a questão de liberdade nacional, em que cada um tem a sua opinião e, é por isso que a reforma autárquica local têm levantado tantos problemas e não tem andado com a velocidade que estava no memorando à conta destas opiniões próprias de cada um, isto porque cada um sente o poder local de maneira diferente e, é impossível haver duas posições iguais nesta sala quanto mais no país inteiro, em que uns entendem que devem haver freguesias urbanas outros que não, uns defendem que devem existir freguesias rurais a todo o custo outros entendem que não, e é por isso que haverá um quadro normativo que irá regular esta disciplina e vamos ter que ir com ele para frente, pois a ele somos obrigados. Pedia para não entrarem em diálogo acerca desta matéria pois teremos oportunidade de falar mais detalhadamente, pois existem vicissitudes que tem de ser tomadas em conta, uma vez que o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo em área é tão grande como a Área Metropolitana

de Lisboa e esta representa 60% da população do país, ou seja, era a mesma coisa de um dia para o outro colocarmos aqui seis milhões de pessoas, claro que cabiam pois a Área Metropolitana de Lisboa cabe no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, atenção não é o concelho de Lisboa é a Área Metropolitana, a qual se estende por vários concelhos, e todas essas vicissitudes tem de ser tomadas em consideração. Penso que este tema é muito interessante e teremos a oportunidade para continuar a debate-lo, nem que seja na sessão extraordinária que iremos marcar para breve." -----

-----**2- Período da ordem do dia:** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Informar que foi distribuída a **Proposta n.º 47 - PCM/2012, Declarações de acordo com o artigo 15.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro**, para fazer parte integrante da ordem de trabalhos uma vez que foi distribuída fora do tempo previsto. Vou colocar à consideração se pode ou não entrar na reunião de trabalhos. Colocada à votação foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes a sua entrada na ordem de trabalhos. Esta proposta não é para aprovação é só para tomar conhecimento, o qual será dado na altura que estaremos a falar na prestação de contas." -----

-----**2.1. Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea e) do n.º1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de janeiro.** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Passo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer então essa apresentação."

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** " Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumprimentando a digníssima Mesa, os Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e Público presente. Dizer então e ainda em referência ao período antes da ordem do dia, se possível dizer só duas breves notas às intervenções dos Senhores Presidentes da Junta do Colmeal e de Figueira de Castelo Rodrigo. Em boa verdade eu até saúdo esta discussão aqui de temas nacionais, é bom, pois ainda agora comemorámos trinta e oito anos de abril e, não vem mal nenhum ao mundo se mesmo em sede local quisermos ampliar a nossa voz e tratarmos de assuntos nacionais, como acontece com muitas das intervenções, principalmente com as do Dr. Teodoro Farias, que hoje se referiu da necessidade de retirar dinheiro em tempo de

austeridade com a qual concordamos, mas também disse que esta não está a atingir os que tem um maior património financeiro. Por outro lado, também concordamos com as suas quanto respeita ao rácio de endividamento de dirigentes, em que no caso de Figueira de Castelo Rodrigo temos apenas um Chefe de Divisão e, portanto não somos abrangidos pelo limite de Dirigentes, mas também nos encontramos como o Dr. Teodoro Farias apreensivos quanto às reformas em curso do Poder Local, de facto são muitas reformas de uma vez só, em que parece que o mal do País estava nos 308 Municípios, quando bem entendido somos apenas responsáveis por 4% da dívida pública, e é uma dívida que está estruturada e escalonada no tempo para ser paga e não vinha daí grande problema, mas às vezes parece que existe esta vontade da Administração Central de desviar as atenções para a Administração Local dizendo que aqui é que estão os despesistas e o problema mas não está, porque até em despesa corrente de todas as Administrações também somos 4% da soma das Administrações e no Endividamento Público Nacional também não ultrapassamos os 4% e, portanto não é no Poder Local certamente que estão os problemas deste País, quando muito estão as soluções, pois muitas das soluções encontradas para o bem-estar das pessoas e dos cidadãos foi a este nível, e daí também saúdo a intervenção do Senhor António Quadrado, Presidente da Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo, ao defender o trabalho da Junta Freguesia pois efetivamente tem competências próprias, isto apesar de ter competências delegadas do próprio Município, mas têm as competências próprias da Freguesia que vem desenvolvendo bem, com coerência, sempre com verbas limitadas é verdade, mas é um poder de proximidade, constitucional, pois é a constituição que diz que existem as freguesias e, como tal é necessário este tipo de poder e de restrição. Quanto aos considerandos de ordem pessoal eu não poderei dizer obviamente nada, porque dizer que o Colmeal antes de mim eram duas coutadas de caça não fica bem a quem lá esteve antes, e portanto sobre esses considerandos não direi nada. Informando sobre a atividade municipal e situação financeira do Município fomos realizando as atividades normais neste início de ano, destacando-se a organização das festividades das Amendoeiras em Flor, organizámos o 1º Passeio BTT que correu muito bem e com a presença de 300 participantes de todo o País sobretudo da região Centro, comemorámos o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, é um ativo social que nós vamos ter este ano para comemorar ao longo de todo o ano em que vai haver várias atividades com seniores e com juniores, no sentido de darmos melhor qualidade de vida e

de mostrarmos que é possível envelhecer com qualidade neste nosso território, acolheu-se o III.º Encontro Nacional de Viaturas Alfa Mito, e decorrem em bom ritmo várias obras desde o Lar de Terceira Idade da Vermiosa, estão a ser construídos vários reservatórios de água em várias freguesias quer para combate estratégico de incêndios florestais quer no apoio à agricultura e agropecuária, assim como nos Bombeiros Voluntários as obras decorrem em bom ritmo, concluiu-se a Capela Mortuária de Cinco Vilas, estão a decorrer obras de melhoramento no Parque Infantil de Algodres, conclui-se penso eu já o arranjo urbanístico no Largo da Torre em Vilar de Amargo, continuaram também em bom ritmo as obras do Parque Infantil da fundação D. Ana Paula quase concluídas, e conclui-se também a 1ª fase dos arranjos da Escola do 1º Ciclo de Figueira de Castelo Rodrigo, sendo que vai entrar novamente em obras para a 2ª fase. Em termos financeiros o Município vem fazendo as amortizações ditas normais e o capital em dívida a longo - prazo já baixou dos sete milhões de euros novamente porque estão a decorrer as amortizações, tanto que ao analisar a conta gerência existe uma amortização anual entre o capital e juros na ordem dos quatrocentos e sessenta mil euros e, portanto penso que é esse o valor das amortizações das nossas fontes de capital em dívida. Continua alto o nosso endividamento de curto - prazo às Águas do Zêzere e Coa que é o nosso grande credor porque temos parte da dívida em litígio como sabem e, em termos de disponibilidades financeiras também de curto - prazo à data de 9 de março, em que curiosamente escolhemos esta data porque foi um valor fidedigno, porque era aquele que tínhamos de comunicar aos Ministérios com aquela famosa carta dos Ministros a perguntar aos Municípios quanto deviam a curto, médio e longo - prazo, apesar da carta não perguntar as disponibilidades, mas o valor disponível é de três milhões trezentos e vinte e um mil e setecentos euros. Portanto eu diria que em termos financeiros o tal compromisso que nós tínhamos de ter um plano viável deste ponto de vista e honrarmos os nossos compromissos, estão basicamente honrados com todos os empreiteiros e fornecedores de um modo em geral, tirando as Águas do Zêzere e Coa pelos litígios conhecidos e porque achamos que nos assiste alguma razão, muito embora o tribunal nos venha reconhecendo no total dos catorze Municípios essa razão. Em suma, as contas estão equilibradas, estão-se a realizar as amortizações de forma atempada e ainda há dinheiro disponível para candidatar algumas obras ao QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional. " -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Muito obrigado. Se tiverem alguma consideração ou alguma questão que quiserem colocar ao Senhor Presidente da Câmara, façam favor.” -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Não vou questionar as contas, só quero dar os parabéns a V. Exa. por desta vez apresentar o saldo de caixa, porque o questionei muitas vezes sobre essa situação, por isso quero felicitá-lo e espero que continue.” -----

-----**2.2. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 34 - PCM / 2012, Moção – Isenções e descontos nas portagens na A25 e A23.** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Penso que não vai ser necessário fazer a leitura, uma vez que foi entregue a todos atempadamente a Moção, a qual vem na decorrência daquela que foi aprovada aqui já há algum tempo, que era completamente contra a introdução das portagens, aliás não fomos só nós que a aprovamos vários Municípios da Comunidade Intermunicipal da Comurbeiras também fizeram uma Moção semelhante assim como a Associação de Municípios da Beira Interior. Neste momento a Câmara Municipal apresenta uma Moção que vai no sentido de tentar estabilizar o preço por quilómetro que é praticado na A23 e na A25, pois se forem ver o quadro em anexo cerca de 35 a 36 % superior na A23 e na A25 do que em relação ao quilómetro da A1 que é a auto - estrada de referência. De qualquer maneira passaria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara se quisesse fazer alguma consideração.” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Muito obrigado, Senhor Presidente. Dizer ainda que na atividade do Município há algumas obras e equipamentos que não vamos referindo tal como o Centro Cultural de Escarigo, de facto existem várias obras a decorrer e depende do momento em que elas se apresentam mais significativas é quando as referimos como atividade relevante municipal. Feito este reparo, dizer que efetivamente tivemos a oportunidade de expressar ao Senhor Ministro da Economia e ao Senhor Primeiro - Ministro em encontros pessoais que era uma questão de justiça e de equidade o tratamento desigual que o interior tem neste momento, é certo que nos dão a isenção para as dez primeiras viagens, mas tirando esse tratamento de preferência temos custos de auto - estrada muito mais altos do que na A1, mesmo na A2 e A3 e, portanto digamos que em Cascais, Algarve, Lisboa, Porto é mais barato do que circular para Vila Real ou para Figueira Castelo Rodrigo ou para Almeida e, neste sentido quer a A25

quer a A23 estão caras, não tem um verdadeiro traçado de auto - estrada pois existem locais em que não podemos andar a mais de 80Km/hora senão somos multados, e foram construídos em cima de IP'S que foram subsidiados com fundos comunitários, e neste sentido têm que haver aqui uma outra forma de olhar para esta realidade, pois está a decair o trânsito à razão de 4 ou 5% ao ano e, portanto porventura aumentaria o tráfego nas auto - estradas se diminuísse o preço na taxa de portagem e haveria menos risco de acidentes, porque as pessoas estão a voltar às Estradas Nacionais antigas e Municipais, em que existe mais risco de acidentes e mais custos transversais por vezes muito complicados e, portanto é de toda a razoabilidade ajudar o Governo a entender que a ter este tipo de portagens, porque é isso que está acordado no memorando com os credores a ter este tipo de portagens nestas auto - estradas que nós não aceitamos mas que resignadamente pagamo-las, tem que ser mais baratas e adequadas à realidade nacional e à equidade do pagamento de outras auto - estradas." -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal:** " Relativamente aquilo que o Senhor Presidente disse sobre o pagamento de portagens nas auto - estradas, é de facto doloroso para toda a gente sobretudo para a economia, pois o nosso Orçamento de Estado mostra que o défice está pago aqui no nosso interior quanto à auto - estrada, mas com o aumento dos custos de 15 para 25% para as empresas, creio que dentro de algum tempo vai passar a haver uma deslocalização de empresas do interior para o litoral o que vai levar a uma desertificação. Nós até nem podemos falar destas coisas, mas penso que temos que falar daquilo que nos afeta pois até vivemos cá e suportamos esses custos, pois por exemplo se eu for ao Porto e voltar como o meu carro é considerado classe dois pago mais do que gasóleo, ou seja, são duas rendas é encher o tanque de combustível e pagar outro tanto de auto - estrada e eu não sei para onde vai tanto dinheiro do Estado, pois os Senhores Administradores da Brisa e de outras empresas que estão associadas às ditas parcerias público - privadas pois quando lhes interessa pagam, senão é o Estado que paga, agora nós estamos a fazer menos tráfego porque efetivamente pagamos muito e temos de fugir pelas estradas secundárias, mas os contribuintes continuam a contribuir porque o Estado é obrigado a pagar e a cumprir os contractos o que se torna numa situação complicada, pois na minha opinião é preciso fazer às parcerias público - privadas o que os gregos fizeram aos credores, meus senhores querem se não querem a gente não paga." -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Colocada à votação foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.” -----

-----**2.3. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 43 - PCM / 2012, Prestação de Contas 2011 Individuais e Consolidadas.** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Vou dar a palavra ao Senhor Presidente para fazer uma introdução. “ -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “Muito obrigado, Senhor Presidente. As contas de 2011 tal como já havíamos dito refletem os cortes nas transferências do Orçamento de Estado para o Município resultante do POR a qual está afeta a uma baixa da atividade económica e dos impostos, mas de certo modo acabou por face à gestão e às contas gerências apresentadas o melhor ano em termos de investimento para o Município, pois este vinha fazendo um grande investimento de quatro em quatro anos por vezes de oito em oito anos e agora praticamente faz um grande investimento por ano, o que acaba por demonstrar uma resposta em termos de despesa de capital muito razoável e de muito investimento. Foi um ano em que não recorremos a nenhum empréstimo pois já tínhamos feito isso em 2010, em que as renumerações com o pessoal se situaram nos 15% de total de despesas o que é um número muito razoável aceitável em termos de gestão e de rácios a nível nacional, ou seja, 19,5% no total com os descontos e 15% em termos de despesas com renumerações. Por outro lado, num ano conseguimos transferir um milhão e quinhentos mil euros para outras entidades como Associações, Bombeiros, Criadores, Cooperativas, Instituições de Solidariedade Social, portanto foi uma verba que acabou por ser investida um milhão de euros em capital e quatrocentos e oitenta mil euros decorrentes para outras entidades, ou seja, não foi só o Município a investir, pois ajudámos que outros pudessem fazer esses investimentos. Tivemos menos trezentos e cinquenta e seis mil e quinhentos e nove euros de transferências de Orçamento de Estado e, ainda assim realizámos um bom ano com todos esses elementos que estão no relatório apresentado e nos documentos anexos. Em termos de consolidado com a Empresa Municipal e como esta não tinha dívidas, aliás já tinha passado a única dívida que tinha que era a do leasing imobiliário do edifício dos Lacticínios para o Município e portanto não tem qualquer dívida. O consolidado não é muito diferente só aumenta na razão direta das despesas de pessoal e de funcionamento. Foi também um ano que tivemos algumas receitas do quadro comunitário designadamente no POVT de quatrocentos e vinte e oito mil euros e no Programa Mais

Centro seiscentos e quarenta e seis mil euros sendo esses os mais significativos. A par disto, também foi o ano que se construiu o Mercado Municipal em termos de obra efetiva, assim como se realizaram uma série de serviços, apoios e investimentos, os quais vem desde a dotação de energias alternativas até à segurança, mobilidade. Também a nível do apoio a outras instituições como disse, que vão desde o transporte escolares a apoio a agrupamentos e instituições foram realizados com regularidade, assim como se iniciaram as obras de construção da Escola de Desportos Náuticos em Barca de Alva em que já se pagou o ano passado cento e dezoito mil euros, tal como a construção do Pavilhão Multiusos também se iniciou em 2011 e quase que se ia concluindo nesse mesmo ano. Por outro lado também equipámos com placas fotovoltaicas e de microgeração o Bar do Parque de Lazer de Castelo Rodrigo que neste momento já tem água quente nos seus balneários, o edifício do Riba-Coa, o restaurante em Barca de Alva, ou seja, no fundo a ideia é que todos os edifícios públicos do Município e mesmo nas freguesias que tenham esta possibilidade de ter microgeração enquanto ela for apoiada fazer um grande investimento para tornar mais barata a gestão corrente em momentos futuros. Repavimentaram-se uma série de ruas e de espaços designadamente a Rua Dr. Álvaro Augusto Garcia em Figueira de Castelo Rodrigo, o Largo da Padaria em Escalhão, os Armazéns Municipais aqui em Figueira, o acesso ao Estádio Municipal, o caminho de acesso à fábrica de transformação de produtos alimentares, a Rua José Gil, a Rua Adelino Amaro da Costa ainda em termos de vias de comunicação, várias obras e ruas, em que algumas ainda foram iniciadas em 2010 mas aparecem como sendo concluídas em 2011. Portanto o que temos a dizer sobre esta Conta de Gerência é que ela reflete o que foi o ano difícil de 2011 com uma diminuição do lado da execução, em que ficámos na ordem dos 55% do previsto, pois eu recorro que quando aprovámos o Orçamento de 2011 de o Dr. Feliciano Martins ter dito que votava a favor porque nos encontrávamos num período em que teríamos de aproveitar o QREN, pois era um voto de confiança para que a Câmara Municipal pudesse ter mais força, isto porque admitimos logo que estávamos a concorrer a muita coisa e de que não iríamos ter vinte milhões de euros de receita, pois esta não ultrapassaria os onze milhões de euros e assim foi, portanto quando assim é o melhor é lançarmos a mais equipamentos e obras, mas nem sempre conseguimos executar tanto quanto desejávamos em termos orçamentais e, neste sentido o 2012 já foi um Orçamento em que já sabíamos para onde o dinheiro do QREN estava a ir, que

medidas iam ser aprovadas e, portanto já foi mais razoável digamos e a sua execução irá aumentar. Nós queremos sempre executar mais e ficamos sempre com alguma angústia quando apresentamos contas e desejaríamos poder ter feito mais, mas também disse que 2011 foi o melhor ano de sempre deste Município em termos de investimento, mesmo quando havia porventura mais dinheiro, fundos comunitários e Orçamento de Estado. A execução efetiva foi na ordem dos 55%, mas bastava que o Estado me tivesse cortado com um pouco as transferências e já teríamos menos 5% e já iríamos para os 60%, o que era muito razoável e o dobro da taxa que é praticado na Guarda, isto se nos quisermos comparar com essa taxa de execução, mas realmente em modelo de execução ambição tivemos porque não sabíamos bem que quantias é que iríamos ter a nível do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, pois recorde-se que este não era para os Municípios nem para as Freguesias era só para equipamentos transversais, ou seja, grandes projetos, tanto que ninguém queria apoiar a construção do Pavilhão MultiUsos e algumas obras que realizámos como o Centro Náutico em Barca de Alva, em que requalificámos a Escola Primária e a transformámos numa sede para um Centro e Escola Náutica para que ali possam ser ministradas cartas de marinheiro, a qual já está na fase de acabamentos e foi orçamentada em trezentos e oitenta mil euros de grosso modo, mas penso que seja uma obra importante porque vai proporcionar a permanência da atividade náutica a Barca de Alva para que possam vir turmas como já vieram por exemplo as turmas de remo de Crestuma-Lever, da Federação Portuguesa de Motonáutica, ou seja, já houve ali vários encontros náuticos, desportivos e de canoagem que nos permite aspirar a que no futuro com esta obra possamos ter ali mais gente a praticar desportos, mais gente a vir e a procurar Barca de Alva, além de que não existia um único espaço onde guardar uma ambulância, um equipamento público, deixar material de limpeza ou de atividade de um dia para o outro e passámos a ter uma boa garagem pública e municipal, que também pode ser um salão de festas ou algo de maior para que se houver uma festividade e, portanto é uma obra que até podemos visitar na próxima sessão da Assembleia Municipal, dado o seu estado de quase conclusão e dada a beleza com que mantivemos o traçado da escola antiga, a qual foi projetado por um arquiteto figueirense o Arquiteto Ricardo Matias, que teve a preocupação de manter a traça original e ampliou um pouco no sentido de parecer um barco invertido, pois penso que seja a água que vai acrescentar o nosso Douro, a nossa navegabilidade, potência náutica e vocação turística para termos ali mais pessoas e praticantes a procurar o território.

Neste sentido, penso que este equipamento seja uma potencialidade e que vai de encontro a esta estratégia de desenvolvimento que apesar de não podermos aspirar em cumprir toda neste momento face às dificuldades, temos de ter sempre um fio condutor nessa estratégia e linha de ação. O Centro de Cuidados Continuados é um projeto que está pronto do ponto de vista de arquitetura, em que foram consultadas muitas entidades, muitos corpos médicos, Ministério da Saúde, ou seja, muita gente que podia contribuir para que este projeto fosse uma boa realidade, e neste momento só falta candidatar a fundos comunitários em que já tivemos duas reuniões para esse fim, mas como somos todos amigos e queremos o mesmo por este concelho, posso aqui dizer que enquanto o Centro de Saúde não tiver a primeira pedra eu também não avanço com esta obra, porque o Ministério da Saúde pode achar que somos ricos e que já não era necessário fazer o Centro de Saúde, isto por o Município estar a cumprir uma área e atividade que não é nossa mas da administração central. Neste sentido vamos deixar avançar, pois o Centro de Saúde está adjudicado mas não está candidatado a fundos comunitários uma vez de que não existe QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional para este efeito e, agora ando eu Presidente da Câmara a tentar em Coimbra arranjar fundos comunitários para o Centro de Saúde tal é o interesse que temos naquela obra, a qual mal tenha fundos e possa avançar efetivamente através da ULS - Unidade Local de Saúde entrará o nosso Centro de Cuidados Continuados em concurso porque também temos que arranjar dinheiro comunitário, pois é uma obra de mais de dois milhões de euros e, portanto é uma obra em que o projeto já está feito e toda a gente já o pode consultar onde está previsto todas as especialidades médicas, em que começou por ser um Centro de Cuidados Continuados pós - AVC e traumático uma vez que existia essa necessidade, pois todos nós temos conhecimento de pessoas vítimas de acidentes cardíaco - vasculares e achámos que era uma mais - valia aqui para o nosso concelho e começou por ser isso e agora é algo mais, porque o projeto foi evoluindo e tornou-se bastante ousado tanto que o edifício tem três andares e envolve muita massa crítica, em que o Município tem o projeto pronto a nível de arquitetura e a candidatar a fundos comunitários mal esteja resolvido a situação do Centro de Saúde, o qual ficará situado na Avenida 25 de Abril. Quanto ao controle das transferências para outras entidades, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo tal como outros Municípios vem apoiando o Agrupamento de Escolas

porque lhes compete, os Bombeiros Voluntários, as Instituições de Solidariedade Social nas suas necessidades, obrigações e investimentos sobretudo, algumas Cooperativas e Associações de Criadores de Gado, ou seja, é uma das que vimos prestando este apoio ao desenvolvimento local, principalmente puxando por aquilo que é mais nosso e o controlo que nós fazemos é protocolar, porque por exemplo se pensarmos nos Bombeiros Voluntários que é uma casa mais de todos digamos, obra feita, autos medidos e conferidos damos uma participação, ou então na Reigada está a ser construído um Lar de Terceira Idade temos a mesma situação auto medido, auto pago e nós damos uma participação, a qual é acordada com a disponibilidade do Município e, portanto não podemos impor outro tipo de controle, podemos é fazer esta exigência prática da realidade investida e, até essas entidades podem apoiar a Câmara Municipal para a fiscalização da obra e o Município tem deliberado conceder esse apoio, sendo certo que as freguesias estão sujeitas a um maior rigor e controle do que estas entidades, mas é assim em todos os Municípios pois temos que apoiar as iniciativas locais e algumas culturais também, mas a maior parte destes investimentos trata-se da construção dos Lares de Terceira Idade, de algum apoio à Cooperativa de Olivicultores de Escalhão, aos Bombeiros Voluntários, ao Ginásio Clube Figueirense e mais algum dinheiro para outras Associações de Criadores e de Agricultura aqui do nosso concelho. Há muito tempo que contamos só connosco, pois já há muito tempo que a Administração Central nos deserdou e deixou de investir nesta zona e, portanto é em termos locais que nós temos a nossa estratégia definida e paulatinamente desde a rede viária, à promoção de produtos, ao apoio a pequenos produtores, à denominação de origem protegida, à plantação de árvores, à recuperação de equipamentos, às Associações, à produção de cultura e desporto, à oferta social nas redes de Lares de Terceira Idade, quer dizer tudo isto não vem por acaso nem casuístico porque está tudo delineado na estratégia, obviamente que às vezes consoante a dinâmica local também, pois não pensava em ampliar o Lar de Algodres mas há uma dinâmica local nesta freguesia que ampliou a instituição em tempo útil e tem 100% de ocupação e o Município teve de prestar apoio financeiro, pois existem pequenas dinâmicas locais às quais não podemos ficar alheios e, portanto neste momento se há mais marcas de vinho no território, de mel, azeite ou de doces é necessário promovermos mais, realizarmos mais festas de divulgação, promoção e vendas no exterior, ou seja, há dinâmicas locais que temos de acompanhar, mas não quero que nos perdoem de não termos a ousadia, de não termos um programa,

pois temos um programa e uma estratégia a qual esbarra num problema enorme que é um problema nacional de demografia, de falta de pessoas, pois não nasce ninguém nesta fronteira há muitos anos, uma vez que desde 1950 que esta região perde 1% da população ao ano o que quer dizer que em 2050 já cá não estará ninguém em termos teórico-práticos, só que quanto a este facto Figueira de Castelo Rodrigo não pode lutar porque é um problema do País, que vai desde Vila Real de Santo António a Vila Real de Trás-os-Montes. O Distrito de Lisboa em termos de dívida pública das Câmaras Municipais deve mais que os Distritos todos de fronteira, ou seja, é um problema de investimento e de partilha de investimento da Administração Central, é um problema de muitos anos e que o 25 de Abril por si só não resolveu, pois deu autonomia local mas não proporcionou meios nem descentralização financeira até hoje para realizar as tais grandes obras estratégicas que podiam alterar a situação existente, mas também é verdade que nos tempos que correm nasce mais gente em Figueira de Castelo Rodrigo do que nos concelhos de Freixo de Espada à Cinta e Almeida juntos, os quais estão na mesma linha de fronteira conosco e tem as mesmas dificuldades que nós, criaram-se mais empresas e postos de trabalho aqui do que nesses dois concelhos juntos e, portanto nós temos que nos comparar com quem somos comparáveis que é a fronteira, isto é, com Freixo de Espada à Cinta a Norte e Almeida a Sul ou então a Sabugal e a Penamacor e, daí que aquele regulamento parecendo pequeno nos valores acabou por ser grande na ambição e dar bons resultados, uma vez que hoje temos os campos mais bonitos, um ambiente mais vivo, temos pessoas a apostar em culturas próprias para vender aqui no Mercado Municipal, e essa estratégia não é muito diferente do seu programa de 2001, o qual apostava na valorização das pessoas e na ruralidade, o que no fundo é isto que temos vindo a fazer, mas ruralidade tem bastantes municípios deste País para oferecer e vender e, portanto temos de ser especificamente diferentes e diferenciadores em termos de produtos e hoje, volvidos estes seis anos e meio já temos melhores produtos para apresentar do que tínhamos, desde certificados apresentados, com rótulos bonitos e do ponto de vista do marketing apetecíveis, e neste sentido existe uma estratégia apesar dos tempos serem incertos, a qual não está esquecida vai é avançado dentro das contingências, porque não podemos fazer tudo num ano senão falaríamos em muitas coisas e não faríamos nada, mas é um ano de estratégias e de afirmação, pois quase todos nós votámos a favor da construção do Multiusos porque era importante do ponto de vista da resposta e da

oferta desportiva e até de outras atividades, só que na hora de o construirmos quase todos estávamos com dúvidas, pois questionava-se se valia a pena construir uma obra tão grande, de tantos milhões, será que há gente, será que se acaba a obra, enfim, o que é certo é que está feita e está paga, pois estava nos nossos planos uma vez que não podíamos ficar sem este equipamento apesar de parecer megalómano e demasiado grande, mas penso que se tiver a ocupação que penso que vai ter vai-nos parecer pequeno pois vai haver muita gente a querer praticar os vários e diferentes desportos e, depois como tem a possibilidade de ter um auditório bem maior que este onde nos encontramos agora, tem-se a oportunidade de ter ali uma oferta multidisciplinar, tanto que está lá a decorrer a Feira do Livro, pois desde que sou Presidente da Câmara já gastei mais de dez mil euros com o aluguer de tendas para esta atividade, dinheiro que já não gasto doravante porque vai passar a ser lá, assim como outros eventos, tal como gastávamos na Feira do verão e agora são realizadas no Mercado Municipal, ou seja, paulatinamente vamos cortando muito na despesa corrente que não cresce, descesse por força do crescimento do gasóleo, da subida do IVA sobre a energia, por força da inflação que está induzida por aumento dos combustíveis e dos fatores de produção, mas vamos reduzindo na despesa corrente que efetivamente baixou, não só porque os funcionários ganham menos, pois eu por exemplo ganho menos do que ganhava, porque tive um corte como político e outro como funcionário público, portanto acabo por ser o Presidente de Câmara menos bem renumerado nos últimos tempos em Figueira de Castelo Rodrigo e, os que se seguirão a mim ainda irão ganhar menos certamente porque os tempos apontam para aí, mas havendo um controle das despesas correntes conseguimos ter a despesa de capital possível, só que não é alavancada infelizmente, não por privados embora nós tenhamos tentado acreditem, pois todos os dias penso num privado que possa investir aqui, aliás nós tentámos ter aqui uma prisão, porque a que existe em Izeda aqui a Norte tem cento e dois guardas e trezentos reclusos, já imaginaram quatrocentas pessoas entre visitantes daí termos tentado muito ter um estabelecimento prisional, surgiu-me agora este pequeno exemplo para dizer que houve iniciativa privada, tal como lutámos muito para ter um Centro de Inspeção de Automóveis, aliás penso que tenha sido adjudicado hoje, para que possamos ter inspeções automóveis no nosso concelho e é um investimento privado que vai surgir, enfim todos os dias dedicamos uma parte do nosso dia para que haja a possibilidade de haver investimento privado mas não temos conseguido é verdade, pois os tempos estão difíceis para o investimento e, como já não temos gente suficiente nem para

consumir nem para trabalhar, isto porque mal houve um investimento grande a nível da agricultura nas vinhas de Barca de Alva os trabalhadores vieram da Bulgária e da Roménia, pois não é fácil quer queiramos quer não os nossos trabalhadores estarem apegados ao Rendimento Social de Inserção e a outro esquema de proteção social do que aceitarem certos trabalhos que são penosos e difíceis mas que são trabalhos e que tem de ser realizados e, portanto existe estratégia e se não a realizamos toda é porque só com o dinheiro da Câmara Municipal não conseguimos, mas os investimentos na sua maioria vão cumprindo a sua estrutura e finalidade. Agora as Câmaras Municipais no seu conjunto amortizaram mais do que pediram emprestado, pois amortizaram mais de setenta milhões de euros do que pediram emprestado em 2011 e, portanto se analisar o relatório dos Técnicos Oficiais de Contas que é um documento imparcial em relação a 2010 irá verificar o mesmo e, os Municípios no seu todo não estão a contrair mas a amortizar dívida, em que o mesmo se passa connosco aqui, porque nós contraímos um empréstimo senão teríamos perdido todas as oportunidades para alcançar este caminho. Claro que eu podia ter dado ouvidos ao Dr. Teodoro Farias e não ter construído o Mercado Municipal, mas este custou seiscentos e cinquenta mil euros, só que para a Câmara Municipal teve um custo de cento e trinta mil porque já nos reembolsaram 85% e geraram receita uma vez que parte dos materiais eram do concelho tais como os granitos e os alumínio, as pessoas foram ao restaurante, ou seja, foi bom para a terra e economia local e, quem diz estes diz outros e vou continuar a fazê-los, isto porque esses investimentos estavam prometidos e vai na linha da nossa estratégia agora e, o Dr. Feliciano Martins disse tudo quando referiu que já há cinco anos perdeu a vontade, o amor, a alma e o desejo de ver esta terra mudar porque percebeu que o interior ia todo morrer e que agora já tem esperanças, isto porque nós fizemos muito trabalho para que possa ter esperanças, pois no fundo renovámos-lhe a esperança e oxalá que seja nobre e vir muito brevemente apresentar uma estratégia, porque nós já temos condições para dar a volta efetivamente, por uma avaliação que fizemos dos nossos produtos, tivemos um desenvolvimento do turismo como complementar à atividade agrícola, pois desde que estamos aqui existem mais unidades turísticas em Vilar Torpim, na Quintã de Pero Martins, ainda hoje licenciámos um projeto de arquitetura em Castelo Rodrigo, no Colmeal, na Reigada e em Barca de Alva, sinal de que há mais oferta, mais investimento e que o turismo passou a ser finalmente uma realidade complementar à nossa agricultura. Quanto às amendoeiras, neste momento é o maior capital que tenho enquanto Presidente da Câmara é que

ajudei a que muitas pessoas replantassem o nosso território e, se ainda há amendoeiras é porque esta autarquia tem ajudado a plantar muitas, juntamente com os senhores agricultores e este é um grande capital do qual não prescindimos, pois já não existiam amendoeiras para mostrar a ninguém e, nós começamos novamente com este cartaz e hoje é uma realidade insofismável e, portanto vamos conseguir vencer porque hoje os terrenos estão apetecíveis, agradáveis, bonitos, pois existem investimentos, tanto que nós falámos aqui dos impostos que estão a fustigar a nossa economia local e eu estou de acordo, mas com os impostos nacionais porque a Câmara Municipal não cobra quase nada a ninguém, tanto que as pessoas estão a comprar quintas e já houve alguns grandes investimentos, o que prova que se outros acreditam nas nossas potencialidades agrícolas, nós também temos que acreditar e valorizar os nossos equipamentos. Quanto aos custos destes, obviamente que não existe equipamento nenhum que depois de construído não tenha custos, em que no primeiro ano são despesas de capital e nos anos a seguir são despesa corrente, agora o que nós temos que fazer é este grande esforço de cada vez ter menos despesa corrente, pois o Mercado Municipal tem uma conceção para que se possa manter sem aquecimento nem refrigeração, uma vez que a sua orientação solar, a luminosidade, os vidros duplos, a produção de energia, o aquecimento de água por recurso ao foto voltaico, ou seja, já tudo isso é para prever custos pequenos com o seu funcionamento no futuro. O Multiusos também está pensado assim, pois já é inteligente deste ponto de vista, uma vez que é equilibrado tanto no inverno como no verão porque em qualquer das alturas do ano está-se bem, apesar de poder vir a ter algum custo de manutenção e desvalorização, só que o espaço tem muita luz natural, agora as Piscinas Municipais eram mais difíceis pois o nosso clima é frio e temos de manter a água à temperatura adequada, sendo de facto um custo grande, mas vamos concorrer a uma micro geração com a COMURBEIRAS e estamos a ultimar tudo para podermos ter ali uma micro geração que nos reduza a fatura no futuro. Agora nós estamos a falar em endividar, como se a Câmara Municipal estivesse endividada que não está, pois a longo - prazo já estamos no número seis donde andámos durante muito tempo, porque para pagar a médio - prazo também temos ativos, pois temos três milhões de euros e podíamos pagar amanhã tudo o que devemos a curto - prazo e ficávamos a pagar os quatrocentos e sessenta mil euros de amortizações. Não está aqui prejudicado pelo passado financeiro da Câmara Municipal, o qual é transparente, linear e temos adquirido mais património, ou seja, avançámos, temos o património, fizemos as coisas, temos as acessibilidades, as estradas, os

equipamentos e não devemos mais do que devíamos, e esta é a grande vantagem penso eu desta nossa gestão e com muitos mais serviços, pois quando comecei tínhamos duas Etar's em funcionamento hoje temos quase o dobro, ou seja, cada vez temos mais serviços a todos os níveis, mais custos, em que as receitas bastava que as transferências do Orçamento de Estado fossem de 5% em cada ano, bastava esta moldura já equilibrávamos tudo, obviamente porque sabíamos que o futuro era este, em cortar onde não tem problema, porque o problema não está nas Câmaras Municipais, mas entendeu-se cortar aqui, porque sabemos que com esse dinheiro não estamos a hipotecar o futuro, mas estamos é a aproveitar, uma vez que beneficiámos de uma boa parte do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio e agora do QREN que não era para os Municípios como sabíamos, mas temos conseguimos ir lá paulatinamente a buscar dinheiro para potenciar e alavancar as nossas obras. Nesta perspetiva penso que fomos grande quando ousámos conquistar um império e não ouvimos todas as vozes e, ter avançado para as obras mesmo contra a sua vontade. -----

----- Quanto à questão das reservas apostas pelos Revisores Oficiais de Contas. Em muitas Câmaras Municipais, nas quais o mesmo sucede, decidiram não levantar qualquer reserva similar, pois isto trata-se de uma mudança contabilística ocorrida em 2003 pelo POCAL, em que os revisores entendem de uma maneira e os nossos técnicos entendem de outra, e até poderia nem levantar esta reserva mas entendi que devia, uma vez que achavam que devia colocar esta reserva, pois se o POCAL não respondia concretamente à questão de depreciação dos subsídios, a qual está relacionada com a questão da amortização dos equipamentos e dos bens, ou seja, que deviam colocar a reserva e o Município consultar a Comissão de Coordenação da Região Centro para saber como fazer no futuro para evitar esta reserva na normalização contabilística imposta desde 2003 pelo POCAL, e foi isto que mandei fazer à contabilidade, para que no futuro não haja esta discrepância entre o POCAL e as normas de contabilidade oficial aprovadas." -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Ao Senhor Presidente pedem para o uso do esclarecimento acerca do Projeto para a Construção da sede Territórios do Coa.” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Quanto ao projeto Territórios do Coa, como sabem existe um PROVERE Vale do Coa que está candidatado a fundos comunitários, e a ser aprovado prevê uma série de medidas

sobretudo imateriais, tais como a valorização dos nossos produtos endógenos, a marcação de percursos e daquela que é a bandeira de desenvolvimento destes territórios, o Museu e o Parque do Vale do Coa e, portanto os Municípios na esteira da AIBT do Coa que houve em tempos e de que o Dr. Feliciano Martins foi coordenador, prosseguiram dizendo que há muito para fazer, articular e por em rede equipamentos, património edificado aldeias históricas, gastronomia e, então apresentámos um PROVERE ao Vale do Coa, que tem como medida material a construção de um Parque aqui no nosso Município, que nós íamos fazer no âmbito da regeneração urbana que era valorizar aquele espaço à entrada de Figueira de Castelo Rodrigo, porque a minha ideia concretamente era ter ali um parque ambiental, onde as pessoas fossem passear e fazer alguma ginástica ao ar livre e, que tem previsto uma construção para a futura sede da Associação Territórios do Coa, a qual é aqui em Figueira de Castelo Rodrigo, assim como um pequeno espaço que acaba por ser um pavilhão para que autocarros, visitas, o Parque Arqueológico do Vale do Coa, possam a partir dali criar outras dinâmicas, vertentes, percursos quer seja das Aldeias Históricas, do Contrabando, Gastronomia, das Vinhas, ou seja, nós queremos acreditar que o Museu do Coa e o Parque Arqueológico não de ter mais visitantes do que aqueles que tem hoje, tanto que o Museu já deu provas disso, toda essa gente andar no território e não se pode esgotar todas as potencialidades do Museu do Coa, e aquele Parque vai ficar como complementar e integrado nos territórios do Coa, em que as pessoas irão ter algumas informações e encaminhadas para outras unidades de interesse quer para a Faia Brava, Barca de Alva, Aldeias Históricas e fronteira, enfim para vários percursos que estão previstos, no sentido de termos o território todo ele dinâmico e transversal, e não só um Museu fechado em si mesmo com os seus fluxos e sem usufruírem de todo o território. Esta é mais uma obra de que não era a mais necessária para o concelho, mas como se integra na estratégia que nós temos em realização e como nos apoiam em 85% da obra, passou a ser estratégica porque alavanca na regeneração urbana do espaço, na construção do equipamento que é necessário, assim como para os residentes, nesta ótica que sempre foi a nossa Dr. Feliciano Martins, a de aumentar a qualidade de vida aos residentes, nós que ainda resistimos no território, e a nossa atratividade para quem nos visita sempre foi sempre a nossa ótica e a nossa estratégia ter esses dois fios condutores." -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Muito obrigado, Senhor Presidente. Não havendo mais intervenções vou colocar a proposta à votação. Colocada à votação foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.” -----

-----**2.4. Análise, Apreciação e Aprovação da Certificação Legal de Contas Individuais e Consolidadas.** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Colocada à votação foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. De seguida vou fazer a introdução do ponto de ordem que foi admitido logo no início que é a **Proposta n.º 47 - PCM/2012, Declarações de acordo com o artigo 15.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro**, a qual é uma obrigação legal tomarem os dois órgãos do Município de Figueira de Castelo Rodrigo conhecimento deste mapa anexo o qual está ser feito agora, irá ser publicado na página do Município, sendo apenas para tomarem conhecimento.”

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Se me for possível dizer uma nota sobre este documento, existe uma Lei dos Compromissos de que vocês todos vão ouvir falar, porque também tem que a aplicar na vossa gestão corrente nas freguesias, que é a Lei n. 8/2012, de 21 de fevereiro, e que agora vai ser republicada e aplicada no Poder Local, a qual vai trazer uma nova forma de ver a contabilidade pública, no sentido de que só podemos ter encargos e lançar obras ou despesas desde que tenhamos proveitos futuros nos três meses seguintes e, portanto vai haver digamos uma paragem forçada na atividade autárquica, mesmo que haja capacidade financeira de executar mais. A Associação Nacional de Municípios Portugueses tem debatido muito este problema, no sentido de saber como vamos executar o que falta do QREN e deve ser muito difícil por a economia a circular, mas o Governo assim o entende e diz para que os compromissos com a Troika sejam verificados que não pode haver outra forma de gastar de que não seja assim e, portanto vamos ainda ouvir falar nesta Lei na próxima sessão da Assembleia Municipal pois trarei aqui um documento mais vasto sobre esta Lei, porque entretanto o Decreto-Lei já deve ter sido promulgado pelo Senhor Presidente da República, mas é algo com que todos se devem preocupar nas Juntas de Freguesia, uma vez que tudo agora se torna muito mais complicado porque há responsabilidade criminal nos compromissos financeiros que assumirem, pois se atribuir um subsídio à Junta de Freguesia de Almofala e esta não tiver receitas nos próximos três meses para aquele subsídio é ilegal o meu despacho e incorro em responsabilidade financeira, e portanto é algo que nos vai fazer pensar e porventura a trabalhar mais devagar e de forma mais enquadrada dentro da Lei dos Compromissos.” -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Muito obrigado, Senhor Presidente, pelos esclarecimentos. Uma vez que foi só para tomarem conhecimento passaremos ao ponto seguinte.” -----

-----**2.5. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 46 - PCM/2012, Segunda Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos.** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Penso que o Senhor Presidente da Câmara poderá fazer uma explicação acerca desta segunda revisão.”

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Muito obrigado. Trata-se de uma revisão, aplicando o saldo transitado do ano anterior de 2011 para 2012, aplicando essas verbas com o reforço de algumas áreas em que sabemos irem ser necessárias, como seja o pagamento do abastecimento de água e reformulando outras rubricas.” -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Uma questão mais ligada à área técnica, contabilística financeira. Vou colocar à consideração, por isso se existir alguma questão façam favor de a colocar. Não havendo nenhuma intervenção vou colocar à votação. Colocada à votação foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.” -----

-----**3. Outros assuntos:** -----

-----**3.1. Correspondência recebida e outras informações.** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Informo que recebemos da parte da Associação dos Naturais e Amigos do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo uma moção que foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária desta Associação contra a extinção do Tribunal Judicial de Figueira de Castelo Rodrigo, a qual se encontra na vossa documentação. Igual se encontra o ofício que foi expedido pelo Gabinete da Assembleia Municipal em resposta a um requerimento do Senhor Deputado sobre o pagamento das Senhas de Presença desta Assembleia, pois perguntaram a todas as Assembleias Municipais como estavam a ser pagas, quanto é que estava a ser pago e como, porque para quem tenha interesse está tudo claro e transparente nas respostas que foram formuladas em resposta a esse requerimento. De igual modo recebemos um ofício da Junta de Freguesia de Penha de Águia que nos dá conta da sua posição à futura reorganização administrativa local. De qualquer maneira e uma vez que ainda não existe enquadramento jurídico será uma posição tida em conta para a Assembleia Municipal que se virá a marcar. -----

-----Quería aproveitar o momento para registrar em ata, por dificuldades na gravação da reunião antecedente que aprovou o novo Regimento da Assembleia Municipal, a ratificação do protocolo utilizado nas convocatórias das sessões ordinárias e extraordinárias, tendo sido acordado por todos, que por razões de gestão dos fundos disponíveis, o protocolo continuasse a revestir a forma de carta simples, acrescida, em razão do extravio comprovado de algumas convocatórias, o envio de uma sms - mensagem escrita e correio eletrónico, este último para quem o solicitar. Colocada à consideração a ratificação do anteriormente acordado, este protocolo ratificado por unanimidade." -----

-----**3.2. Intervenção do público.** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Não havendo mais inscrições, informo para acabar e em jeito de términos que seria proveitoso a próxima Assembleia Municipal ser deslocalizada para outro local, de forma que este órgão também tenha outra visibilidade para a população e, aceitando o repto do Senhor Presidente da Câmara Municipal vamos ponderar realizá-la em Barca de Alva para podermos conhecer a Nova Escola Náutica e vamos desenvolver todos os esforços para se realizar lá. Se não for possível tenho outra ideia em mente que também será proveitoso, que é aproveitar já o auditório que vimos há dias no Pavilhão MultiUsos, simplesmente para mudar e dar outra visibilidade a este órgão que também merece, a qual será comunicada oportunamente. Nesse sentido encerro esta sessão da Assembleia Municipal. Muito obrigado por terem vindo." -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes, que a presente ata fosse aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do artigo 40º, do Regimento da Assembleia Municipal e do n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, que a secretariei e redigi e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Luís Ricardo Beato Pereira. -----